

MERCOSUL/CCM/CT2/SCTCOF/ATA N° 3/2025

**TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO SUBCOMITÊ TÉCNICO DE
CONTROLES E OPERAÇÕES DE FRONTEIRA DO COMITÊ TÉCNICO N° 2 –
“ASSUNTOS ADUANEIROS E FACILITAÇÃO DO COMÉRCIO” DA COMISSÃO
DE COMÉRCIO DO MERCOSUL**

ATA N° 03/2025

Realizou-se no dia 11 de agosto de 2025, com início às 9:00h, no exercício da Presidência Pro Tempore do Brasil (PPTB), 3ª Reunião Plenária do Subcomitê Técnico de Controles e Operações Fronteiriças (SCTCOF), do Comitê Técnico nº 2 - Assuntos Aduaneiros e Facilitação do Comércio (CT nº 2), da Comissão de Comércio Mercosul (CCM), pelo sistema de videoconferência, em conformidade com o disposto na Resolução GMC N° 19/12, com a presença das delegações da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. A Delegação da Bolívia participou, em conformidade com o estabelecido na Decisão CMC N° 20/19.

O Coordenador do SCTCOF do Brasil deu as boas-vindas aos Coordenadores Nacionais e demais participantes, agradecendo pela presença e pela colaboração ativa das delegações até o momento. Destacou os avanços já alcançados durante a Presidência Pro Tempore do Brasil (PPTB), em continuidade à base sólida construída sob a Presidência Pro Tempore da Argentina (PPTA). Reforçou que os resultados obtidos refletem o esforço conjunto dos países membros em favor da integração regional, do fortalecimento das Áreas de Controle Integrado e da busca por soluções coordenadas nas fronteiras do MERCOSUL.

Concluídas as formalidades iniciais, passou-se ao desenvolvimento da agenda proposta.

A lista de participantes consta como ANEXO I.

A agenda da reunião consta como ANEXO II.





As Atas das Reuniões Bilaterais Nacionais realizadas em julho de 2025 constam como **ANEXO III a VI**.

O documento sintético de acompanhamento das reuniões bilaterais nacionais presenciais, incluindo compromissos e desafios, avaliação do Relatório PROCOMEX e contribuições do setor privado, consta como **ANEXO VII**.

1. Acompanhamento dos temas identificados pelo Comitê Ad Hoc sobre as Áreas de Controle Integrado (CAH-ACI) e das propostas constantes do documento “Oportunidades de Melhoria e Propostas de Soluções no MERCOSUL”, elaborado a partir do Estudo Final do Instituto PROCOMEX, com base nas Reuniões Bilaterais Nacionais realizadas em julho de 2025.

Dando continuidade ao processo de fortalecimento da gestão integrada de fronteiras no âmbito do SCTCOF/CT2/CCM, foi realizado, no mês de julho de 2025, o ciclo de reuniões bilaterais nacionais entre o Brasil e Estados Partes do MERCOSUL (Paraguai e Uruguai). As reuniões tiveram como foco o acompanhamento dos temas identificados pelo Comitê Ad Hoc sobre as Áreas de Controle Integrado (CAH-ACI) e a análise das recomendações do documento “Oportunidades de Melhoria e Propostas de Soluções no MERCOSUL”, baseado no Estudo Final do Instituto PROCOMEX.

No total, foram realizadas quatro reuniões bilaterais no mês de julho de 2025, sendo duas entre Brasil e Paraguai (ACI Foz do Iguaçu / Ciudad del Este em 8 de julho e ACI Mundo Novo / Guaíra / Salto del Guairá em 10 de julho), e duas entre Brasil e Uruguai (ACI Jaguarão / Rio Branco em 22 de julho e ACI Chuí / Chuy em 24 de julho).

Os encontros contaram com a participação ativa das delegações dos países envolvidos, incluindo representantes dos órgãos de controle, administrações aduaneiras, sanitárias, migratórias, de transporte e infraestrutura, além de operadores privados e representantes da sociedade civil.

A seguir, apresenta-se um breve resumo de cada reunião, com destaque para os principais avanços e discussões ocorridas, especificamente em relação aos pontos abordados no Relatório PROCOMEX, e conforme a metodologia já adotada durante

2



a PPTA para a classificação das propostas de melhoria, foi elaborado um documento sintético de acompanhamento das reuniões bilaterais nacionais presenciais. Esse material inclui compromissos e desafios, avaliação das recomendações do Relatório PROCOMEX e contribuições do setor privado, e consta como ANEXO VII.

Resumo da Ata – ACI Foz do Iguaçu / Ciudad del Este – Reunião Bilateral Brasil–Paraguai (08/07/2025) – Anexo III

Durante a reunião bilateral entre Brasil e Paraguai realizada em 8 de julho de 2025 nas dependências da ALF/Foz do Iguaçu, sobre a ACI de Foz do Iguaçu / Ciudad del Este, foram abordados os temas identificados pelo Comitê Ad Hoc sobre as Áreas de Controle Integrado (CAH-ACI) e as recomendações do relatório PROCOMEX.

Ademais, foram discutidos diversos pontos críticos operacionais, como atrasos na colocação de lacres (precintos) eletrônicos, procedimentos manuais, congestionamentos, restrições de horários de travessia e limitações estruturais. Houve avanços na solução de algumas demandas, como a cobrança da ANNP, integração de sistemas e medidas para agilizar o trânsito de cargas. Outros temas permanecem em tratativas, como a gestão de risco na lacração, ampliação dos horários de exportação e digitalização de processos.

A recepção ao setor privado contou com manifestações sobre os lacres (precintos) eletrônicos, espera excessiva nas filas, necessidade de trânsito simplificado, estrutura dos portos e implementação de benefícios para OEA. As delegações reforçaram a importância da cooperação entre os órgãos e a integração com os operadores privados.

Resumo da Ata – ACI Mundo Novo / Guaíra / Salto del Guairá – Reunião Bilateral Brasil–Paraguai (10/07/2025) – Anexo IV

Durante a reunião bilateral entre Brasil e Paraguai realizada em 10 de julho de 2025, nas dependências da ALF/Mundo Novo, foram abordados os temas identificados

3

pelo Comitê Ad Hoc sobre as Áreas de Controle Integrado (CAH-ACI) e as recomendações do relatório PROCOMEX.

Foram apresentados avanços na infraestrutura dos recintos aduaneiros de ambos os países, especialmente na ALF/Mundo Novo e no Porto Seco da ANNP em Salto del Guairá. No entanto, a definição de cabeceiras e a plena integração da ACI permanecem pendentes e dependem de decisão superior.

Diversos pontos operacionais foram debatidos, como a estrutura para escaneamento e armazenamento de cargas, ausência de pessoal em órgãos de controle, fluxo documental manual, falhas no controle de acesso, e restrições operacionais ligadas à ausência de representantes da Polícia Federal. Algumas melhorias já foram implantadas, como o sistema de identificação na ANNP e a ampliação do pátio da ALF/MNO, enquanto outras dependem de investimentos, ajustes normativos ou articulação entre os órgãos competentes.

A recepção ao setor privado contou com elogios à atuação dos órgãos públicos, mas também com sugestões para aprimorar o tratamento de canais vermelhos e fortalecer o diálogo institucional. Reforçou-se a necessidade de implementação de benefícios para Operadores Econômicos Autorizados (OEA) e de ampliação da previsibilidade operacional.

Resumo da Ata – ACI Jaguarão / Rio Branco – Reunião Bilateral Brasil–Uruguai (22/07/2025) – Anexo V

Durante a reunião bilateral entre Brasil e Uruguai realizada em 22 de julho de 2025 na ACI Jaguarão / Rio Branco, foram discutidos os temas identificados pelo Comitê Ad Hoc sobre as Áreas de Controle Integrado (CAH-ACI) e as recomendações do relatório PROCOMEX.

Houve destaque para o avanço das obras previstas no contrato de concessão da Multilog, que contemplam melhorias significativas na infraestrutura da ACI de cargas, incluindo ampliação de pátios, aquisição de balanças e docas, e reformas estruturais. As autoridades reforçaram o potencial do ponto de fronteira para se consolidar como modelo de eficiência no controle integrado entre Brasil e Uruguai.



Entre os desafios ainda existentes, estão a falta de escâner, limitações no controle migratório integrado, falta de reconhecimento do recinto pela DNA para descarga, e a ausência de coordenação plena nos despachos. A nova ponte sobre o rio Jaguarão já está com o projeto licitado, o que deve melhorar a fluidez logística.

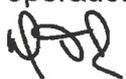
A recepção ao setor privado foi marcada por sugestões relevantes, como a unificação de balanças, iluminação nas vias de acesso, melhorias na atuação do MAPA e MGAP (UY), simplificação documental, modernização dos sistemas. Também foram apresentados dados sobre o crescimento do fluxo no terminal e as melhorias já implementadas pela concessionária.

Resumo da Ata – ACI Chuí / Chuy – Reunião Bilateral Brasil–Uruguai (24/07/2025) – Anexo VI

Durante a reunião bilateral realizada em 24 de julho de 2025 no Chuí/RS, Brasil e Uruguai discutiram os temas do Comitê Ad Hoc sobre as Áreas de Controle Integrado (CAH-ACI) e as recomendações do relatório PROCOMEX. A reunião reforçou a necessidade de avançar no processo de integração da ACI Chuí/Chuy, cuja cabeceira de cargas foi oficialmente transferida para o lado brasileiro. A futura licitação do Porto Seco e os estudos de viabilidade em andamento proporcionarão melhorias estruturais para a plena implementação da ACI.

Foram destacados avanços relevantes, como a instalação do MGAP no lado brasileiro, a integração dos órgãos sanitários, o uso de QR Code pela Polícia Federal para controle migratório, a instalação de scanner e a atuação integrada entre órgãos brasileiros e uruguaios. Contudo, persistem desafios como a ausência de integração migratória, sobreposição de controles, limitações de espaço, falta de automação e divergências normativas.

Durante a recepção ao setor privado, foram debatidos gargalos operacionais, especialmente a lotação do pátio, a necessidade de melhorias de infraestrutura, o reconhecimento do CRT, a digitalização de documentos e as diferenças de critérios de tolerância de peso. Os representantes da ABTI, ADETRANS e outros operadores elogiaram os avanços obtidos, mas reforçaram a necessidade de

 5

continuidade nos investimentos e maior articulação entre os órgãos dos dois países.

Com a realização dessas reuniões, concluiu-se a análise de todas as Áreas de Controle Integrado (ACI) ainda pendentes nas fronteiras brasileiras previstas no Informe PROCOMEX, permitindo um diagnóstico abrangente das condições operacionais e das oportunidades de melhoria em cada ponto de fronteira.

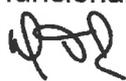
As atas completas de cada reunião bilateral encontram-se anexas a este documento, possibilitando a consulta detalhada das discussões realizadas e dos encaminhamentos acordados entre as delegações participantes.

O Coordenador Nacional do SCTCOF do Brasil ressaltou, contudo, que ainda deverão ser promovidas reuniões específicas para as ACIs que não integraram o escopo do Relatório do PROCOMEX, como as de Santana do Livramento / Rivera (Uruguai), Ponta Porã / Pedro Juan Caballero (Paraguai) e Corumbá / Puerto Suárez (Bolívia), de forma a assegurar uma cobertura plena, integrada e atualizada de todos os pontos estratégicos da fronteira terrestre do Brasil.

2. Avaliação da efetividade da integração das Áreas de Controle Integrado (ACI) do MERCOSUL, com vistas à sua manutenção ou exclusão de Pontos de Fronteira de Controles Integrados entre os Estados Partes, previsto no Anexo da Resolução GMC nº 29/07.

O Coordenador Nacional do Brasil apresentou o tema de forma geral e, em seguida, passou a palavra primeiramente à Coordenadora do SCTCOF da Argentina para as suas considerações.

A Delegação da Argentina manifestou preocupação quanto ao fato de que, passadas mais de três décadas desde a criação de áreas de controle integradas (ACIs) no âmbito do MERCOSUL, ainda persistem situações em que tais estruturas não operam de maneira plenamente integrada, contrariando os princípios e objetivos estabelecidos nas normativas MERCOSUR voltadas para a integração de controles fronteiriços. Nesse contexto, foi recordado que, nos anos de 2022 e 2023, foram realizados levantamentos relevantes com vistas a avaliar o estado de funcionamento das ACIs, por meio da aplicação de um questionário desenvolvido

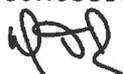


pelo SCTCOF junto aos órgãos públicos competentes dos Estados Partes, bem como de um estudo conduzido pelo PROCOMEX que abrangeu tanto o setor público quanto o setor privado. Tais relatórios permitiram identificar avanços pontuais em determinadas localidades, mas também evidenciaram a existência de desafios significativos e a necessidade de uma revisão abrangente da lista de ACIs atualmente contemplada na Resolução GMC nº 29/07, a fim de refletir com maior precisão a realidade operacional das fronteiras e promover a efetiva integração dos controles. Diante disso, os Coordenadores do SCTCOF reconheceram a importância de dar continuidade a esse processo e concordaram com a necessidade de solicitar orientação e/ou instruções à Coordenação do Comitê Técnico nº 2 (CT 2), com vistas a alinhar os próximos passos institucionais necessários para contribuir com a atualização da referida resolução no âmbito do MERCOSUL.

3. Proposta conjunta de Brasil e Paraguai para realização de estudo técnico voltado à padronização dos requisitos estruturais e operacionais necessários à implementação de Áreas de Controle Integrado (ACI).

O Coordenador Nacional do Brasil informou que, conforme verificado nas reuniões bilaterais com o Paraguai, foi identificada a necessidade de elaborar um estudo técnico destinado a definir, de forma padronizada, os requisitos operacionais e de infraestrutura indispensáveis para a instalação e funcionamento de uma Área de Controle Integrado (ACI). A iniciativa se justifica pela constatação de que, em vários casos, a integração não se concretiza plenamente devido a deficiências estruturais, incompatibilidades normativas e falta de harmonização de procedimentos, havendo inclusive situações em que investimentos significativos em um lado da fronteira não encontram correspondência no outro.

Assim, as Delegações de Brasil e Paraguai propuseram o desenvolvimento no âmbito do Mercosul de um estudo para estabelecer critérios técnicos comuns, acordados entre os Estados Partes, contemplando as necessidades específicas de cada organismo participante e servindo como guia para orientar futuros projetos, concessões e licitações. A proposta prevê a comparação das legislações nacionais,



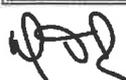
a consulta a todos os organismos de controle e ao setor privado, bem como a utilização de visitas técnicas, questionários e reuniões bilaterais para coleta de informações.

A Delegação da Argentina ressaltou que, no caso de seu país, a participação nesse estudo dependerá da análise e decisão dos organismos competentes em matéria de Áreas de Controle Integrado, em particular a Jefatura de Gabinete de Ministros e o Ministério de Seguridad, os quais não estiveram representados na reunião.

4. Proposta de calendário de reuniões

Com base nas manifestações apresentadas, propõe-se o seguinte calendário preliminar:

Data	Evento	Local
10 de julho	Reunião bilateral com o Paraguai	ACI Foz do Iguazu – Ciudad del Este
12 de julho	Reunião bilateral com o Paraguai	ACI Mundo Novo – Salto del Guairá
22 de julho	Reunião bilateral com o Uruguai	ACI Jaguarão – Rio Branco
24 de julho	Reunião bilateral com o Uruguai	ACI Chuí – Chuy
11 de agosto	Reunião plenária SCT-COF	VIRTUAL
02 de setembro	Reunião bilateral com o Paraguai	ACI Ponta Porã – Pedro Juan Caballero
03 de setembro	Visita técnica	Ponto de Fronteira Porto Murtinho – Carmelo Peralta
04 de setembro	Reunião bilateral com a Bolívia	ACI Corumbá – Puerto Quijarro

 8

Data	Evento	Local
01 setembro	Reunião Bilateral Argentina - Uruguai	Virtual
Setembro (a data a definir)	Reunião Bilateral Argentina - Paraguai	A confirmar por Coordenador PY
20 a 21 de outubro	Reunião bilateral com a Argentina	ACI Uruguiana - Paso de Los Libres
27 de outubro	Reunião plenária SCT-COF	VIRTUAL
29 de outubro	Reunião bilateral com o Uruguai	ACI Santana do Livramento - Rivera
30 de outubro	Visita técnica	Quaraí e Barra do Quaraí

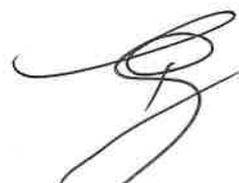
5. Demais temas

O Coordenador Nacional do Brasil informou sobre a retomada dos trabalhos conjuntos entre o Grupo Ad Hoc OEA e o SCTCOF, com o objetivo de identificar e implementar benefícios concretos para Operadores Econômicos Autorizados (OEAs) nas Áreas de Controle Integrado. A iniciativa, já prevista em PPTs anteriores, está na fase de estabelecimento de projetos pilotos de modo bilateral, aproveitando, quando possível, os encontros do SCTCOF para mapear, junto aos setor privado e organismos de controle, quais facilidades e tratamentos prioritários podem ser aplicados. O trabalho compreenderá consultas diretas ao setor privado, levantamento das demandas dos OEAs atuantes em cada fronteira e avaliação da viabilidade operacional e normativa das propostas, com vistas à harmonização regional e à ampliação gradual desses benefícios para todos os Estados Partes do MERCOSUL.



ANEXOS






Anexo I	Lista de Participantes
Anexo II	Agenda
Anexo III	Ata – ACI Foz do Iguazu / Ciudad del Este – (08/07/2025)
Anexo IV	Ata – ACI Mundo Novo / Guaíra / Salto del Guairá – (10/07/2025)
Anexo V	Ata – ACI Jaguarão / Rio Branco (22/07/2025)
Anexo VI	ACI Chuí / Chuy – (24/07/2025)
Anexo VII	O documento sintético de avaliação do Relatório PROCOMEX



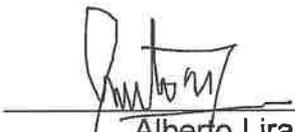
Maria Teresa Rivas
Por la delegación de Argentina



Mark Tollemache
Por la delegación de Brasil



Carlos D. Quintana Rodriguez
Por la delegación de Paraguay



Alberto Lira
Por la delegación de Uruguay



Sergio Tapia
Por la delegación de Bolivia